

Pantanal mato-grossense:

o papel da pecuária na produção do espaço regional

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa*

Nilton Tocicazu Higa **

As condições naturais do pantanal, favoráveis à criação de gado nos campos nativos, foram de fundamental importância para o desenvolvimento da pecuária extensiva de corte, mantida e estruturada com investimentos mínimos. Esta modalidade de produção fez do pantanal, durante dois séculos, a principal região pecuarista do Estado, entretanto, esta começou a mudar na segunda metade do século XX, causada pela falta de investimentos em infra-estrutura e de técnicas modernas de produção, bem como em decorrência do esgotamento da capacidade de sustentação das pastagens locais.

Palavras chave: Pantanal – Pecuária – Planície inundável

ABSTRACT: The natural conditions of the Pantanal region in the State of Mato Grosso - Brazil, were of high relevance to the development of extensive cattle breeding in the area in the last two centuries. This pattern of cattle breeding made of Pantanal region, in the Mato Grosso, the largest breeding area in the state. However, the situation changed in the second part of the 20th century due to the lack of new investments, deficient infra-structure, inadequate techniques of production as well as the depletion of the local native pastures.

KEY WORDS: Pantanal – Cattle Breeding - Flood-plain

* Professora do Departamento de Geografia – ICHS – UFMT

** Professor do Departamento de Solos e Engenharia Rural – DSER/ FAMEV – UFMT

Introdução

A planície pantaneira constitui-se em importante área de Mato Grosso, não só pela riqueza biológica e exuberância das paisagens, mas também em razão de seu histórico papel econômico e extensão territorial, abrangendo cerca de 70.000 km², onde se inserem os municípios de Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger.

As inundações cíclicas do pantanal são responsáveis pela dinâmica regional, influenciando suas características florísticas, faunísticas e, conseqüentemente, o processo ocupacional, pois impõem ao produtor pantaneiro uma série de limitações, levando-o a alterar, ao longo do ano, suas técnicas e métodos de manejo, particularmente, no que tange ao trato do gado.

No período de máxima inundação, março/maio, as partes mais baixas do pantanal se transformam em um extenso lençol de águas, recobrando em grande parte as pastagens e cortando em vários pontos a principal estrada que corta o baixo pantanal, a rodovia Transpantaneira. Em algumas localidades, somente as sedes das fazendas, os currais e alguns outros pequenos trechos incidentes em áreas mais altas, designadas regionalmente de cordilheiras, ficam a salvo das águas, havendo necessidade, para atingi-las, da utilização de canoas.

É neste período que o pecuarista pantaneiro faz a retirada de seu gado, levando-o para as áreas de pastos mais altas, nas bordas do pantanal. Nesta época, é comum a perda de muitas cabeças de gado, principalmente de bezerros, que morrem afogados ou mesmo de fome, quando ficam ilhados em locais de pouco pasto.

Quando as águas começam a baixar, no período de junho a agosto, as pastagens já se encontram em pleno vigor e este é o momento em que o gado retorna ao pantanal baixo, encontrando condições excelentes de sustentação. No entanto, no final de agosto, início de setembro, período em que não há chuvas e que as águas das inundações praticamente já não cobrem os campos, os pastos secam em grande parte, acarretando sérias dificuldades para a alimentação dos rebanhos.

A situação se agrava no período de setembro a novembro, quando a estiagem atinge seu ponto máximo. Inúmeras baías e córregos secam e o solo e a vegetação denotam a ausência de água. Nesse ambiente, os campos de pastagens perdem vigor e o gado atravessa um período médio de

3 meses com alimentação escassa, provocando perda de peso e, conseqüentemente, dificuldades para o produtor comercializar sua produção.

As condições fisiográficas do pantanal favoreceram, desde os primórdios da ocupação, o desenvolvimento da criação extensiva, o que levou os primeiros ocupantes da região a se voltarem quase que exclusivamente para a pecuária em extensas áreas de terras, restringindo as áreas agrícolas a pequenos roçados voltados para a agricultura de subsistência das comunidades locais.

Ainda nos dias atuais, a quase totalidade das terras baixas do pantanal é ocupada pela pecuária, restringindo-se a atividade agrícola às áreas mais altas que bordejam a planície.

Expansão da pecuária pantaneira – processo inicial

Provavelmente, as primeiras cabeças de gado foram introduzidas na região do pantanal, na década de 1730, quando já se encontrava concluído o caminho terrestre entre Cuiabá e São Paulo e já haviam sido cedidas algumas sesmarias em terras pantaneiras. Os primeiros pequenos rebanhos, inicialmente restritos às cercanias de Cuiabá, foram rapidamente dispersados e logo atingiram os extensos campos de pastagens nativas do pantanal, *habitat no qual se adaptou, criou e se reproduziu*,¹ vindo a se constituir, nas décadas seguintes, em uma das facetas mais expressivas da economia estadual.

O gado criado era do tipo rústico e de porte pequeno, designado regionalmente de crioulo, sendo atualmente conhecido como curraleiro ou tucura. Esses animais viviam soltos pelos campos de forma quase selvagem, sem requerer quase nenhum cuidado por parte de seus proprietários, o que levou Correa Filho a observar que *a criação fazia-se ao léo, por efeito quase exclusivo dos agentes naturais*.²

Mesmo sem contar com investimentos para melhoria do sistema produtivo, a pecuária pantaneira desenvolveu-se gradativamente, o que propiciou, por volta de 1880, o aparecimento das primeiras charqueadas na região, parte das quais eram empreendimentos mantidos com investimentos estrangeiros, principalmente platinos. A primeira charqueada implantada

1. SIQUEIRA, Elizabeth M. A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo. p. 37.

2. CORREA Filho, Virgílio. Pantanaís mato-grossenses – devassamento e ocupação. p. 112.

foi a de Descalvado, hoje município de Cáceres, que pertencia ao cidadão argentino Rafael Del Sar. No município de Poconé, duas charqueadas sobressaíram-se no início do século XX, a de São João e a de São Miguel, ambas às margens do Rio Cuiabá.

Embora as fazendas pantaneiras compreendessem enormes áreas de terras e contassem com rebanhos imensos, o capital investido era muito pequeno, o que era demonstrado, como ainda ocorre em muitas fazendas hoje, pelo tipo de manejo do gado, quase sempre soltos pelos campos nativos e também pelo tipo de residência do próprio fazendeiro, via de regra, casas de construção simples e pouco mobiliário, embora possuíssem inúmeros cômodos e amplas varandas.

No início do século XX, diante da melhoria das oportunidades de comércio para a carne, o "gado crioulo" começou a ser substituído, passando a predominar no pantanal as raças zebuínas, principalmente o nelore, considerado um gado bom produtor de carne e bastante resistente, ideal portanto para as rústicas condições pantaneiras.

Nos dias atuais, o gado predominante no pantanal mato-grossense é o mestiço, resultante do cruzamento do nelore com o "crioulo". O gado nelore, ainda sem mestiçagem, ocupa o segundo lugar em predominância, e, em número bem reduzido, é encontrado, em algumas fazendas, o gado holandês. Alguns fazendeiros, ainda de forma restrita, estão criando o búfalo.

Os eqüinos também tiveram e ainda têm destaque na região, o que é explicado pelo seu papel nos trabalhos de manejo do gado. O tipo predominante é o mestiço, chamado regionalmente de cavalo pantaneiro, mas existem algumas fazendas que já introduziram e estão criando o "manga larga" e o "quarto de milha". A criação de muares também é feita no pantanal, sendo a ocorrência destes bem inferior a dos eqüinos. É comum, em toda área pantaneira, a criação de pequenos animais, destacando-se os porcos e as galinhas.

Evolução recente da pecuária pantaneira

A política ocupacional brasileira que passou a ser adotada a partir do final da década de 1950 foi marcada por tomadas de decisões estratégicas que provocaram modificações profundas na expansão da fronteira econômica do país. Nesse contexto, as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil despontaram no cenário nacional como a nova opção de avanço do capital.

Dentro desta nova estrutura, Mato Grosso passou a ser alvo de inúmeras políticas governamentais de estímulo ocupacional que deram lugar à construção de várias estradas de interiorização, à implantação de centenas de projetos de colonização e assentamentos bem como à instalação de fortes fluxos migratórios para o Estado. Todas estas transformações foram apoiadas por diversos programas de desenvolvimento regional, implantados pelo governo federal.

Dentre as várias políticas adotadas, o programa de colonização e assentamento provocou especial impacto na produção do espaço mato-grossense, tendo contribuído para a incorporação de imensas áreas ao sistema produtivo, formação de muitos núcleos urbanos, ao mesmo tempo em que formou um grande contingente de mão-de-obra no meio rural, essencial para a consolidação do processo de avanço da fronteira agrícola.

Contudo, o pantanal mato-grossense, por já ter, há muito tempo, sua situação fundiária definida, encontrando-se, portanto, nas mãos de particulares, não se constituiu em área prioritária de aplicação de investimentos empresariais que, em sua corrida para Mato Grosso, privilegiava as terras devolutas, que eram regularizadas a preço abaixo do mercado.

Em razão disso, a área pantaneira não foi alvo dos programas de colonização particular e os poucos projetos implantados foram de iniciativa estadual, a exemplo das colônias Antônio João e Figueira, no município de Poconé. Por outro lado, o Pantanal contou com uma linha de incentivos específicos para a área, que foi o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN, criado em 2 de maio de 1974, cujas principais metas recaíram na construção de estradas e na modernização tecnológica da agropecuária.

A implantação deste programa consistiu em medida voltada a uma maior integração do pantanal ao sistema produtivo estadual, o que seria conseguido com a superação das dificuldades de comercialização da produção e aumento da produtividade regional. Além disso, as melhorias no pantanal poderiam estimular o crescimento demográfico regional, superando a baixa densidade demográfica que, em 1970, era ainda de 0,5 habitante por quilômetro quadrado, o que lhe conferia uma inexpressiva força junto ao poder público, acerca do que Bento Porto escreveu: *da parte do poder pú-*

3. PORTO, Bento. Estudos preliminares para um programa de desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso. p. 2.

blico, conquanto este tenha consideráveis receitas econômicas desta região, os níveis de investimento são irrelevantes, dado a inexpressiva expressão política e social destas áreas.³

Embora o pantanal tenha sido beneficiado por vários projetos viabilizados pelo PRODEPAN, constata-se que o principal objetivo deste Programa, que era, em última instância, dotar o pantanal de condições para uma exploração mais intensiva de seus recursos e de sua produção, em particular, a pecuária, não foi plenamente atingido, pois os produtores pantaneiros, sob muitos aspectos, continuaram a utilizar os mesmos métodos tradicionais de manejo.

Em relação à utilização de vacinas, vermícidias e mineralização do rebanho, os esforços do PRODEPAN podem ser considerados relativamente bem sucedidos, pois, gradualmente, os pecuaristas passaram a adotar estes recursos, o que contribuiu para a suspensão da ocorrência dos casos de aftosa e raiva bovina. Quanto ao manejo das pastagens, quase nada mudou, sendo ainda predominante a utilização dos campos de pastagens nativas, pois é inexpressivo o número de pecuaristas que têm pastos plantados.

O não-alcance pleno dos objetivos, não só do PRODEPAN, mas também de outras ações do governo na área, pode ser constatado, observando-se a evolução do lento crescimento da pecuária bovina regional registrada nas últimas décadas, conforme consta na tabela 1, relativa ao total do rebanho bovino do pantanal, à taxa de crescimento e a sua participação no total do efetivo estadual, no período entre 1970 e 2000.

Tabela 1

| Pantanal mato-grossense: efetivos bovinos, taxa de crescimento e sua participação no total do rebanho Estadual - 1970 /2000 | | | | | |
|---|---------------|--------|---------------|-------|----------------|
| Anos | Estado | | Pantanal | | |
| | Nº de cabeças | TCR % | Nº de cabeças | TCR % | Participação % |
| 1970 | 1.967.674 | - | 886.865 | - | 45,07 |
| 1980 | 5.243.044 | 166,45 | 1.080.114 | 21,79 | 20,60 |
| 1985 | 6.545.956 | 24,85 | 1.097.562 | 1,61 | 16,77 |
| 1995 | 14.438.135 | 120,56 | 1.266.037 | 15,34 | 8,77 |
| 2000 | 18.924.532 | 31,07 | 1.582.881 | 25,02 | 8,36 |

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de Mato Grosso - 1970 - 1995 / IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal - Mato Grosso - 2000 / Obs.: TCR - taxa de crescimento relativo.

A análise da tabela 1 evidencia que, apesar de a região pantaneira ter apresentado, no período considerado, crescimento contínuo de seu rebanho, este foi sempre bem inferior ao registrado para o Estado, o que significa que o eixo produtor foi deslocado para outras áreas, resultando em perda de participação do pantanal no total da produção pecuária estadual. Assim, em 1970, a pecuária do pantanal representava 45,07% do total da produção bovina de Mato Grosso, caindo esta taxa para 8,36% em 2000. A evolução do crescimento da pecuária do pantanal e sua proporção em relação ao total do Estado, estão também evidenciadas na figura 1.

Figura 1



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de Mato Grosso/1970-1995
 IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal - Mato Grosso/2000

Em termos de produção municipal, constata-se, com base na tabela 3, relativa à evolução da produção pecuária por município, no período compreendido entre 1970 e 2000, que o crescimento do rebanho bovino tem-se dado de forma bastante irregular, com alternância de fases de crescimento satisfatório, fases de baixo crescimento e fases em que tem ocorrido o decréscimo absoluto da produção. Constata-se também que este processo não se dá concomitantemente no conjunto dos municípios pantaneiros. Assim, ao mesmo tempo em que um município apresenta taxa de crescimento elevado, um outro município vizinho pode apresentar queda acentuada no tamanho do rebanho.

Este comportamento, diferenciado por município, é indicativo da falta de uma política forte e comum para a região, que possibilite um crescimento mais equitativo e estável da economia regional. Contudo, apesar do caráter instável registrado nas taxas de crescimento, percebe-se que a região, em sua totalidade, vem, desde 1995, apresentando taxas de crescimento em expansão, o que deixa transparecer uma pequena reação regional à situação vivenciada nas décadas de 1970 e 1980. Ressalta-se, no entanto, que a taxa de crescimento do rebanho bovino registrada para o total do Estado em 2000, 31,07%, foi ainda superior à registrada para a região pantaneira, que foi de 25,02%.

Tabela 2

| Pantanal Mato-grossense: Evolução da produção pecuária por município 1970 - 2000 | | | | | |
|---|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Municípios | Anos | | | | |
| | 1970 | 1980 | 1985 | 1995 | 2000 |
| Barão de Melgaço | 178.849 | 126.760 | 152.201 | 147.463 | 139.520 |
| Cáceres | 269.574 | 380.113 | 478.992 | 490.411 | 636.517 |
| Poconé | 265.043 | 376.244 | 232.232 | 231.278 | 290.761 |
| Nossa Senhora do Livramento | 52.896 | 41.380 | 50.901 | 111.073 | 105.083 |
| Santo Antônio do Leverger | 120.503 | 155.617 | 183.236 | 285.812 | 411.000 |
| Total | 886.865 | 1.080.114 | 1.097.562 | 1.266.037 | 1.582.881 |

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de Mato Grosso - 1970 - 1995
IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal - Mato Grosso - 2000

Tabela 3

| Pantanal Mato-grossense: Taxa de Crescimento do efetivo bovino por município 1970 / 2000 | | | | |
|---|----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| Municípios | 1970/1980 TCR - % | 1980/1985 TCR % | 1985/1995 TCR % | 1995 /2000 TCR % |
| Barão de Melgaço | -29,12 | 20,07 | -3,11 | -5,38 |
| Cáceres | 41,00 | 26,01 | 2,38 | 29,79 |
| Poconé | 41,95 | -38,27 | -0,41 | 25,71 |
| Nossa Senhora do Livramento | -21,77 | 23,00 | 118,21 | -5,39 |
| Santo Antônio do Leverger | 29,13 | 17,74 | 55,98 | 43,80 |
| Total | 21,79 | 1,61 | 15,34 | 25,02 |

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de Mato Grosso - 1970 - 1995
IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal - Mato Grosso - 2000

A irregularidade no crescimento dos rebanhos de gado pantaneiro, bem como a perda de representatividade no total da pecuária mato-grossense, é resultado, não só dos problemas que afetam diretamente a região, mas também da significativa expansão pecuarista em direção ao centro e norte do Estado que, nos últimos anos, incorporou milhões de hectares à atividade pecuária.

O rápido crescimento da pecuária no centro e norte de Mato Grosso se deu em razão de estas áreas terem contado com programas de incentivos ocupacionais mais objetivos, sistemas de créditos mais atuantes e melhor infra-estrutura em geral, conseguindo, assim, atrair maciçamente os empresários do centro-sul do país, que viam, no desenvolvimento da fronteira agropecuária, novas formas de acúmulo de capital.

Esses empresários, por sua vez, mediante emprego de grandes capitais e apoio do governo, obtiveram em pouco tempo um crescimento significativo da atividade pecuária, assim como das demais atividades a que se dedicaram. Diferentemente, no pantanal, os investimentos privados quase sempre foram inexpressivos e o pecuarista local não contou com o efetivo apoio do governo, a exemplo dos empresários das demais regiões do Estado.

Desta forma, o pantanal mato-grossense, com seus imensos campos nativos propícios à criação de gado, perdeu importância para outras áreas, a exemplo da Amazônia, consideradas ecologicamente menos favoráveis e mais distantes dos grandes centros consumidores, situação esta que evidencia falhas na condução das políticas ocupacionais que nortearam a estruturação do espaço rural de Mato Grosso.

Condições sociais e pecuária

A região pantaneira consiste, ainda, em área de baixa concentração populacional, tendo sido registrado no último levantamento do IBGE⁴ realizado em 2000, população total de 150.819 habitantes, dos quais 101.624, 67,38%, portanto, se encontravam no meio urbano, enquanto 49.195 pessoas, ou seja, 32,62%, habitavam o meio rural. Desta forma, a densidade demográfica regional em 2000 se situava em torno de 2,13 habitantes por quilômetro quadrado, valor este que cai consideravelmente, quando se considera a distribuição da população rural, em que a taxa se situa em torno de 0,7 habitante por quilômetro quadrado.

A baixa taxa demográfica registrada na área rural pantaneira é, em grande parte, resultado da estrutura fundiária e do sistema produtivo vigente na região, que tem por base a grande propriedade, voltada para a pecuária extensiva. Desta forma, como a pecuária extensiva requer pouca mão-de-obra, os fazendeiros, em geral, mantêm em suas terras poucas famílias de trabalhadores, normalmente, em torno de cinco, as quais ocupam casas cedidas pelos proprietários, geralmente, muito simples e, até mesmo, rústicas. Nos períodos em que há necessidade de mais trabalhadores, estes são contratados temporariamente, quase sempre recrutados nas cidades locais ou trazidos de outras regiões do Estado.

As pequenas propriedades, que garantem a melhor distribuição e manutenção de pessoas no meio rural, embora envolvam um número significativo de unidades, abrangem uma área muito pequena da região, encontrando-se, comumente, em um raio máximo de 10 quilômetros distantes das cidades-sedes dos municípios ou em torno de pequenos distritos. Por outro lado, as famílias detentoras dessas pequenas unidades obtêm parte de seu sustento, exercendo atividades que se vinculam mais ao meio urbano do que ao rural. Assim, a população destes pequenos sítios não altera significativamente a densidade regional.

4. IBGE. Censo demográfico do Brasil - 2000.

○ Ressalta-se que a maior parte das pequenas propriedades abrange áreas inferiores a 10 hectares e, embora algumas unidades se encontrem nas mãos de pessoas abastadas, que as mantêm na condição de chácaras de lazer, a maior parte de seus proprietários são pessoas simples, de baixo poder aquisitivo e que mantêm estas propriedades como meio de obtenção parcial do sustento da família.

Estes pequenos sítios, em função da área exímia que cada unidade envolve, não possibilitam que, por intermédio da utilização agropecuária, seja obtido, satisfatoriamente, o sustento familiar, o que leva os pequenos proprietários a se vincularem às atividades urbanas, quase sempre, prestando serviços em setores que não requerem mão-de-obra especializada. Uma outra forma bastante utilizada para complementação da renda familiar é a prestação de serviços, em caráter sazonal, para as fazendas pecuaristas da região.

Além do mais, os pequenos sitiantes pantaneiros não contam com um programa financeiro e de estímulo à pequena produção e sua comercialização, o que restringe suas possibilidades de ganhos e os disponibiliza para atender as fazendas regionais, em suas necessidades de contratação de mão-de-obra temporária.

Em geral, esses pequenos sitiantes, bem como as famílias de trabalhadores que vivem nas fazendas, apresentam baixo nível de escolaridade, freqüentemente limitado às primeiras séries do I Grau, o que é conseqüência da falta de estímulo para estudar, número deficiente ou mesmo inexistência de escolas no meio rural, necessidade do trabalho infantil para complementar a renda familiar e a pouca importância dada à educação formal.

O pouco valor dado à instrução é detectado em conversas mantidas com várias pessoas que residem no meio rural, segundo as quais, para lidar com uma fazenda e com serviços rurais em geral, não é necessário estudar muito, sendo suficiente saber assinar o nome, ler e escrever um bilhete e ter noções de cálculo.

Junto aos grandes proprietários, a situação educacional é, em geral, muito diferente. Muitos proprietários têm curso superior e exercem suas profissões nos centros urbanos, principalmente em Cuiabá. Normalmente, os filhos destes proprietários têm acesso à educação regular e muitos têm curso superior ou estão cursando faculdade.

Em décadas passadas, significativo número de grandes proprietários pantaneiros e suas famílias residiam nas próprias fazendas, saindo apenas os filhos, na idade escolar, para casa de parentes ou pensionatos da

capital ou de outra cidade. No entanto, a falta de infra-estrutura no meio rural e as vantagens, cada vez maiores, oferecidas pelos centros urbanos, levaram o pantaneiro, nas últimas décadas, a se afastar de sua propriedade, em busca de melhores condições de vida na cidade, o que tem ocasionado menor atenção às propriedades com repercussão nos níveis de produtividade.

Nessas fazendas, é comum a transferência de algumas responsabilidades pertinentes à administração do imóvel a um trabalhador mais antigo que more na propriedade; no entanto, ele não tem poderes de decisão sobre problemas que extrapolem as atividades mais simples e rotineiras da fazenda. Assim, mesmo diante de situações emergenciais, a tomada de decisões cabe ao proprietário, o que muitas vezes causa transtornos e prejuízos.

Somente as grandes fazendas, de estrutura mais empresarial, adquiridas recentemente, é que o administrador tem um papel mais efetivo sobre o sistema produtivo da fazenda, tendo autonomia para tomar as mais diferentes decisões que possam contribuir para a melhoria da produção e obtenção de lucros. Chama a atenção o nível de escolaridade desses administradores, pois, normalmente, eles têm o segundo grau completo, com cursos técnicos na área agropecuária.

Em relação às casas dos imóveis rurais de uso dos proprietários, constata-se o predomínio de casa simples, embora muitas sejam confortáveis. Em geral, muitas casas que são sedes de grandes fazendas não fazem jus às imensas áreas que seus donos possuem. Trata-se, comumente, de casas grandes de arquitetura simples, pouca mobília e instalações sanitárias nem sempre modernas. Muitas ainda não dispõem de luz elétrica, sendo mais comum a existência de água encanada proveniente de poços tipo cacimbão, feitos pelos proprietários.

A simplicidade das sedes das fazendas do pantanal não é algo recente, o que é confirmado em trabalhos como os de Virgílio Corrêa Filho, Orlando Valverde e outros, nos quais são relatadas as condições de vida do pantaneiro em décadas passadas, com descrições detalhadas sobre o modo de vida e a situação das residências dos proprietários pantaneiros.

Em termos gerais, percebe-se que o pantaneiro, mesmo os possuidores de imensas áreas de terras e milhares de cabeças de gado, não são e também não foram, em décadas passadas, possuidores de um grande empreendimento, pelo menos quando comparados a outros grandes produtores rurais do sul e sudeste do país.

Considerações finais

O processo de exploração do pantanal, em termos de intensificação da produção, vem-se dando em ritmo muito lento, muito aquém do verificado em outras regiões brasileiras. Em alguns municípios, a produção tem decaído, o que é o caso dos municípios de Barão de Melgaço e Nossa Senhora do Livramento e, em muitas áreas, tem sido constatado que a capacidade de suporte das pastagens nativas vem diminuindo. No bojo desta situação, o produtor pantaneiro tem sofrido um intenso processo de descapitalização, o que não lhes permite se estruturar e modernizar sua produção, de forma a acompanhar o ritmo de outras áreas produtoras.

Praticamente, ainda não se encontram no pantanal indicadores consistentes de que a atividade agropecuária se encontre preparada para disputar, em termos de igualdade com outras áreas produtoras, o difícil e concorrido mercado da carne, pois poucos são os métodos e equipamentos utilizados, considerados característicos de uma agropecuária moderna, que poderiam impulsionar e tornar competitiva a produção regional.

Por outro lado, as poucas mudanças implementadas na agropecuária regional não conseguiram modificar a secular situação do pantanal, caracterizada por baixa produtividade e precárias condições de vida da população rural, particularmente, a parcela constituída por pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Bibliografia

- CORRÊA FILHO, Virgílio. Pantanaís Mato-grossenses. Rio de Janeiro. IBGE. 1946.
- SOUZA HIGA, Tereza C. C. Aspectos da Organização do Espaço em um trecho do Pantanal de Mato Grosso. Rio Claro, SP. Dissertação de Mestrado. UNESP. 1987.
- IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1970. RJ. 1974.
- _____. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1980. RJ. 1983.
- _____. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1985. RJ. 1991.
- _____. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1995/96. RJ. 1998.
- _____. Censo demográfico – 2000. Rio de Janeiro. IBGE. 2000.
- _____. Pesquisa da Pecuária Municipal – Mato Grosso – 2000.
- PORTO, Bento Souza. Estudos preliminares para um programa de desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso. Cuiabá, texto mimeografado. 1972.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo. Cuiabá. IHGMT. 1997.
- VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*. 1(34) 49 – 144. Rio de Janeiro. IBGE. 1972.